



## LÍNGUA PORTUGUESA

## TEXTO 1

**Aids, manifesto ao futuro ministro**

(1) Senhor futuro ministro da Saúde (...), queremos tratar de um motivo de orgulho nacional, de uma história de resiliência do Sistema Único de Saúde (SUS). Graças aos esforços de cidadãos e governos de diversos partidos, o Brasil cavou trincheira internacionalmente reconhecida na luta contra a aids e pela proteção aos direitos das pessoas com HIV.

(2) Foi com os recursos e os profissionais do mesmo SUS – que socorreu o presidente eleito, Jair Bolsonaro, após o bárbaro atentado –, com a atuação de entidades civis e com base em sólidas provas científicas que se chegou hoje à distribuição na rede pública de 22 tipos de antirretrovirais a mais de 580 mil pessoas que dependem desses medicamentos para viver.

(3) Não pode haver trégua diante de uma epidemia que se aproxima de um milhão de casos e mais de 350 mil mortes desde 1980 no Brasil. A persistência de números espantosos – são 40 mil novos registros de aids e 12,5 mil óbitos por ano no país – requer ações continuadas para evitar mais infecções e garantir tratamento diário para que cidadãos HIV-positivos permaneçam bem de saúde.

(4) A questão não é o que as pessoas são ou o que fazem, mas se a elas são asseguradas ou não possibilidades de se prevenir e se tratar. Quanto mais discriminadas, mais expostas a se infectar estarão as populações que também não chegam facilmente ao diagnóstico e ao tratamento. A forma negativa e extrema com que muitos ainda reagem àqueles que têm HIV é uma das principais barreiras para a prevenção que, no final das contas, beneficiaria a todos. Países que trocaram essas evidências por prescrições morais e religiosas, como alguns do continente africano, colheram catástrofes de saúde pública.

(5) Enquanto vacina e cura ainda estão fora do horizonte, o Brasil segue hesitante ao tolerar o preconceito e ao retardar inexplicavelmente medidas para que mais gente faça o teste e saiba se tem ou não o HIV. E para que todos que se descobrem soropositivos tenham a mesma chance de iniciar o tratamento no tempo certo. Aos que já são acompanhados pela rede pública devem ser dadas condições de adesão à medicação até a supressão viral, estado que preserva a saúde individual e freia a circulação do vírus entre mais pessoas.

(6) Como alternativa à testagem em serviços de saúde, precisam ser disseminados os testes rápidos em locais comunitários e os autotestes feitos onde for melhor para cada um. Como o uso de preservativos pode, por vezes, falhar, deve ser facilitada no SUS a opção altamente eficaz dos medicamentos que, tomados antes ou depois do risco de se infectar, impedem a transmissão do HIV.

(7) Para populações vulneráveis, como os jovens, – a aids mais avança na faixa de 15 a 22 anos – faltam campanhas em mídias e formatos digitais com conteúdos que não atribuam culpa e se comuniquem abertamente com as expressões de sexualidade e sociabilidade dessas novas gerações.

(8) Completa-se com maior financiamento do SUS, para resgatar serviços de referência hoje lotados e com falta de profissionais; apoiar associações de pacientes; investir em prevenção e na produção de medicamentos genéricos nacionais, incluindo licenciamento compulsório, no caso de patentes de antirretrovirais prolongadas indevidamente. Os custos de uma epidemia desgovernada, por certo, seriam infinitamente maiores.

(9) O enfrentamento da aids sempre foi um campo de tensões e polêmicas. Mas mesmo vozes dissonantes na política e nos costumes podem, com tolerância às diferenças, atuar em nome do bem comum e da saúde coletiva, para acolher as pessoas afetadas, mobilizar a sociedade para a prevenção e não permitir um passo atrás em uma política bem-sucedida e conquistada a duras penas.

**Mário Scheffer e Caio Rosenthal**

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2018/11/aids-manifesto-ao-futuro-ministro.shtml> Acesso em: 20 jan. 2019.  
Adaptado.

**01. Analisado globalmente, o Texto 1 tem o propósito principal de:**

- A) avaliar os impactos da discriminação de pessoas portadoras de aids na prevenção e tratamento da síndrome.
- B) argumentar a favor das ações de combate à aids desenvolvidas pelo SUS que, para o autor, são razão de orgulho nacional.
- C) comunicar dados epidemiológicos relacionados à prevalência e à morbimortalidade da aids no Brasil.
- D) divulgar medidas de prevenção à aids, especialmente para a parcela da população mais vulnerável à epidemia.
- E) pressionar o novo governo a garantir a continuação e ampliação do atual programa de combate à aids.





## RACIOCÍNIO LÓGICO

**11. Com relação à probabilidade de descobrir aleatoriamente uma senha de caixa eletrônico composta de 6 dígitos (cada dígito de 0 a 9), é CORRETO afirmar que**

- A) saber apenas quais os dois primeiros dígitos da senha aumenta mais a probabilidade de acertar aleatoriamente todos os demais dígitos do que saber apenas quais são os dois últimos dígitos.
- B) ao conhecer apenas qual o primeiro dígito, há um aumento na chance de obter aleatoriamente o dígito distinto.
- C) a chance de acertar aleatoriamente toda a senha é menor que 0,1%.
- D) a chance de acertar aleatoriamente toda a senha é maior que 0,1%.
- E) é impossível adivinhar aleatoriamente toda a senha.

**12. A negação lógica da afirmação “Todos os livros podem ensinar alguma lição” é a seguinte:**

- A) Nenhum livro pode ensinar nada.
- B) Existe algum livro que não ensina nada.
- C) Nenhum livro é vazio de ensinamentos.
- D) Todos os livros são vazios de ensinamentos.
- E) Alguns livros ensinam alguma lição.

**13. Considere as seguintes afirmações:**

- I. Se o email foi enviado e se o destinatário leu o email, então o processo foi finalizado ou o documento foi validado (ou ambos).
- II. Se o email não foi enviado, então o supervisor será advertido.
- III. Se o destinatário não leu o email, então o supervisor será advertido.
- IV. O processo não foi finalizado.
- V. O documento foi invalidado.

**Nessas condições, pode-se logicamente concluir que o**

- A) supervisor será advertido.
- B) supervisor não será advertido.
- C) email não foi enviado.
- D) edital foi enviado.
- E) destinatário leu o email.

**14. Em uma urna, há 100 bolas verdes, 400 bolas vermelhas e 75 bolas azuis. Uma pessoa escolheu aleatoriamente uma certa quantidade de bolas e percebeu, após o sorteio, que todas eram da mesma cor. Qual a quantidade mínima de bolas sorteadas aleatoriamente que garante que haverá ao menos 3 bolas da mesma cor?**

- A) 7
- B) 9
- C) 10
- D) 15
- E) 575

**15. Na conhecida sequência de Fibonacci, um elemento da sequência é obtido pela soma dos dois elementos imediatamente anteriores; por exemplo, se os dois primeiros elementos dessa sequência forem 0 e 1, os primeiros elementos da sequência de Fibonacci – que é infinita - serão, nesta ordem: 0,1,1,2,3,5,8,13,...**

**Nessas condições, podemos afirmar que**

- A) jamais haverá números primos nessa sequência.
- B) o quadrado de 12 será elemento dessa sequência.
- C) há, pelo menos, 2 elementos da sequência maiores que 100 e menores que 200.
- D) todos os números da sequência são números primos.
- E) nenhum número da sequência possui raiz quadrada inteira.

16. Em um torneio com  $n$  times distintos, cada time jogou com todos os outros e apenas uma vez com cada time (ou seja, houve apenas um jogo com cada par possível de times). Nessas condições, a quantidade de jogos do torneio pode ser estabelecida pela seguinte fórmula:

- A)  $\frac{n(n-1)}{2}$       B)  $\frac{n^2}{2}$       C)  $\frac{(n-1)(n-2)}{2}$       D)  $n^2$       E)  $n(n-2)$

17. Três registros são capazes de encher uma piscina em 30 horas. Em quanto tempo, considerando que todos os registros têm a mesma vazão e que todas as piscinas possuem o mesmo volume, 4 registros encherão 6 piscinas?

- A) Mais de 5 dias, porém menos de uma semana (7 dias)  
 B) 5 dias ou menos  
 C) Pelo menos 15 dias, mas menos de um mês (30 dias)  
 D) Pelo menos um mês  
 E) Impossível de se concluir com base nas informações fornecidas

18. Assumindo que a probabilidade de uma pessoa ter peso corporal igual ou superior a 50kg é de exatamente 75%, considere as seguintes afirmações:

- I. Em uma sala com 120 pessoas, 30 ou mais pessoas terão certamente um peso igual ou maior que 50 Kg.  
 II. Se em uma sala com 100 pessoas, nenhuma delas tiver peso igual ou superior a 50kg, então a hipótese inicial de atribuir uma probabilidade de 75% a esse evento mostra-se FALSA.  
 III. Se em uma sala com 100 pessoas, exatamente 75 delas possuem peso igual ou superior a 50Kg, tal fato não implica que a hipótese inicial de atribuir uma probabilidade de 75% a esse evento é verdadeira ou falsa.

Está CORRETO o que se afirma, apenas, em

- A) I.  
 B) II.  
 C) III.  
 D) I e II.  
 E) I e III.

19. Um texto foi redigido em um formato de 40 linhas com 80 tipos (caracteres ou espaços em branco), cada linha ficando, nesse formato, com um certo número de páginas. O digitador resolveu, então, aumentar em 25% o número de linhas das páginas e diminuir em, também 25%, o número de tipos por linha. Assumindo que não houve mudança no número total de tipos, o número total de páginas ficou em um total de 12 páginas. Nessas condições, o número inicial de páginas é

- A) maior que 10 e menor que 12.  
 B) maior que 12.  
 C) menor que 10.  
 D) exatamente o mesmo, ou seja, 12.  
 E) impossível de se determinar com base nas informações dadas.

20. Uma placa de carro é composta de 3 letras maiúsculas escolhidas, cada uma, entre as 26 letras do alfabeto (A,B,C, ..., X, Y, Z) e 4 números, cada um escolhido entre os 10 dígitos (0,1,2,...,9). Pela legislação, em um dado Estado, a primeira letra de cada placa deve ser P ou Q, sendo as demais letras livres. Também nesse Estado, a mesma legislação exige que o primeiro dentre os 4 números não pode ser 0 (zero). Recentemente, houve uma mudança na legislação do Estado que retirou a obrigatoriedade relativa à primeira letra da placa. Nessas condições, o número de placas possíveis nesse Estado ficou

- A) 10 vezes maior.  
 B) 13 vezes maior.  
 C) 26 vezes maior.  
 D) 130 vezes maior.  
 E) 260 vezes maior.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**21. Sobre a competência em matéria urbanística, incumbe:**

- I. À União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
- II. À União ou aos Municípios legislar sobre direito urbanístico.
- III. À União, aos Estados e Distrito Federal e aos Municípios legislar, concorrentemente, sobre direito urbanístico.
- IV. Aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local.

Das afirmações apresentadas,

- A) apenas I e IV estão corretas.
- B) apenas I e III estão corretas.
- C) apenas II está incorreta.
- D) apenas II e IV estão corretas.
- E) todas estão incorretas.

**22. É INCORRETO afirmar que compete ao Município de Petrolina – PE**

- A) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- B) estabelecer critérios de organização de eventos, atividades econômicas e/ou sociais, temporárias ou permanentes, em espaços públicos.
- C) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local.
- D) regular e estabelecer infrações penais contra o proprietário de animais soltos nas ruas.
- E) disciplinar a implantação de pontos de embarque e desembarque de passageiros de transporte público, considerando as necessidades de abrigo e elementos facilitadores às pessoas com deficiências ou necessidades especiais.

**23. O plano diretor é o instrumento básico da política municipal de desenvolvimento e expansão urbana, tendo por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes mediante as diretrizes gerais fixadas no Art. 2º da Lei Federal nº 10.257/01 – Estatuto da Cidade. Sobre esse instrumento de política urbana, é CORRETO afirmar que**

- A) como parte integrante do processo de planejamento municipal, o Plano Diretor deve incorporar as prioridades previstas no Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e orçamento anual.
- B) o Plano Diretor não se aplica à área rural do Município de Petrolina.
- C) segundo o Estatuto da Cidade, deve estar previsto, no Plano Diretor, entre outros conteúdos, a delimitação das áreas urbanas em que poderá ser aplicado o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios.
- D) o Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é instrumento básico obrigatório para execução da política urbana de cidades com mais de duzentos mil habitantes.
- E) de acordo com o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor deverá ser revisto a cada cinco anos.

**24. Dentre as diretrizes gerais para atendimento da política urbana municipal, o Estatuto da Cidade prevê a ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:**

- I. A utilização de espaço urbano que cause maior controle térmico.
- II. A distância de usos incompatíveis ou inconvenientes.
- III. O parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana.
- IV. A instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como polos geradores de tráfego, sem a previsão da infraestrutura correspondente.

Das afirmações apresentadas,

- A) apenas I e III estão corretas.
- B) apenas I e II estão incorretas.
- C) apenas II e III estão corretas.
- D) apenas II, III e IV estão corretas.
- E) apenas III está incorreta.

---

**25. Segundo o disposto no Art. 4º do Estatuto da Cidade, NÃO está elencado como instrumento de política urbana**

- A) Zoneamento Ambiental.
  - B) Plano Plurianual.
  - C) Tombamento de imóveis.
  - D) IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial e Urbana.
  - E) ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis.
- 

**26. O CTN – Código Tributário Nacional, em seu art. 78, ao tratar dos fatos geradores das Taxas, assim conceitua o poder de polícia: *Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. Sobre o tema, é CORRETO afirmar que***

- A) no exercício do poder de polícia, incumbe à Administração fiscalizar a aplicação das leis por parte dos cidadãos, segundo uma atuação mais preventiva, ao passo que ações repressivas ficarão a cargo da Polícia (Civil, Militar ou Federal) ou do Ministério Público junto com o Poder Judiciário.
  - B) na atividade de regular e executar a legislação urbanística, o Poder Executivo Municipal pode atuar por meio de ordens, notificações, autorizações ou licenças, delegando a adoção de medidas coercitivas ao Poder Judiciário.
  - C) é a partir do exercício do poder de polícia que o Município poderá limitar o uso dos bens públicos, exigindo-se do particular interessado a obtenção de anuência prévia à utilização desses bens. No que tange ao uso dos bens privados, o Poder Público não poderá estabelecer limitação ou condição, sob pena de ofensa ao direito de propriedade.
  - D) o exercício do poder de polícia compreende atividades como regular e executar a legislação urbanística, conceder autorizações, limitar o uso de bens e o exercício de direitos, condicionar a prática de atividades privadas, proteger a paisagem, os monumentos e locais dotados de beleza e fins turísticos, controlar a exposição de mercadorias; controlar a higiene dos logradouros públicos, das unidades imobiliárias e de alimentação, etc.
  - E) são atributos do Poder de Polícia, a coercibilidade, a arbitrariedade e a autoexecutoriedade.
- 

**27. A Administração Pública Municipal exercerá o poder de polícia por meio de prerrogativas conferidas a determinados agentes públicos. Sobre o exercício ilegítimo dessas prerrogativas, é INCORRETO afirmar que**

- A) o abuso de poder pode ser caracterizado sob a forma comissiva ou omissiva.
  - B) o excesso de poder é espécie de abuso de poder e ocorre quando a atuação do agente contraria a finalidade da lei ou ato.
  - C) o excesso de poder ocorre quando o agente atua fora dos limites de sua competência.
  - D) o abuso de poder poderá ser tipificado como crime de abuso de autoridade, sujeitando o agente à sanção administrativa, civil e penal.
  - E) o agente fiscal de posturas, ao lavrar auto de infração, assume inteira responsabilidade, observadas as normas do Regime Jurídico Único do Servidor quanto a excessos ou omissões praticados no exercício da atividade.
- 

**28. Sobre o Poder de Polícia, é CORRETO afirmar que**

- A) a Administração Pública não está sujeita ao exercício do Poder de Polícia.
  - B) se considera regular o exercício do poder de polícia, desde que desempenhado pelo Poder Público, mesmo que tenha sido praticado pelo órgão que não detém a competência para a prática do ato.
  - C) o exercício do poder de polícia pela Administração Pública poderá ir além dos limites da lei aplicável.
  - D) a atuação da Administração Pública no exercício do poder de polícia, em regra, é discricionária.
  - E) o emprego de meios inadequados pelo agente público não será considerado desarrazoado se para atendimento de um mandamento legal.
- 

**29. Sobre o que o Município deve legislar, assinale a alternativa INCORRETA.**

- A) Desenvolvimento urbano
- B) Proteção ambiental
- C) Ordenação de usos, atividades e funções de interesse dos municípios limítrofes.
- D) Segurança dos edifícios, harmonia arquitetônica, alinhamento, saída, arejamento, número de pavimentos e sua conservação.
- E) Traçado urbano, arruamento, alinhamento, nivelamento das vias públicas, salubridade, funcionalidade e estética da cidade.

**30. Sobre Política Urbana, analise as afirmações a seguir:**

- I. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.
- II. A propriedade urbana cumpre sua função social, quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressas no plano diretor.
- III. As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em títulos da dívida pública.
- IV. Na execução da política urbana, de que tratam os Arts. 182 e 183 da Constituição Federal, será aplicado o previsto no Estatuto da Cidade e legislação específica.

Das afirmações apresentadas, apenas

- A) I e II estão corretas.
- B) I e III estão corretas.
- C) III e IV estão corretas.
- D) III está incorreta.
- E) II está incorreta.

**31. São diretrizes gerais da política urbana previstas no Estatuto da Cidade todas as citadas abaixo, EXCETO:**

- A) Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.
- B) Cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social.
- C) Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização.
- D) Recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos.
- E) Tratamento prioritário às obras e edificações do Poder Público.

**32. Em relação ao usucapião especial de imóvel urbano, é CORRETO afirmar que**

- A) se trata de instrumento da política urbana.
- B) o título de domínio será conferido ao possuidor de mais idade da família.
- C) os imóveis públicos serão adquiridos por usucapião mediante prova do tempo da posse superior a cinco anos.
- D) o título de domínio não pode ser objeto de sucessão.
- E) será declarada àquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por dez anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirindo o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

**33. Lei municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação. A respeito da apuração do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios do solo urbano, é INCORRETO afirmar que**

- A) se considera subutilizado o imóvel cujo aproveitamento seja inferior ao mínimo definido no plano diretor ou em legislação dele decorrente.
- B) o proprietário será notificado pelo Poder Executivo municipal para o cumprimento da obrigação, devendo a notificação ser averbada no cartório de registro de imóveis.
- C) a notificação far-se-á por Oficial de Justiça ao proprietário do imóvel ou, no caso de este ser pessoa jurídica, a quem tenha poderes de gerência geral ou administração.
- D) em caso de descumprimento das condições e dos prazos previstos, o Município poderá aplicar o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota por prazo determinado.
- E) persistindo o descumprimento das obrigações no período de cobrança do IPTU progressivo, o Município procederá à desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

**34. A sustentabilidade ambiental está definida no Plano Diretor de Petrolina, em seu Art. 57, como o resultado de um conjunto de medidas de preservação, proteção, conservação e recuperação de forma sustentável e estratégica dos recursos naturais, da paisagem e dos ecossistemas de todo o território municipal. Para fins de Sustentabilidade Ambiental, são diretrizes gerais da Política Ambiental do Município de Petrolina, aplicáveis na área urbana e na área rural (irrigada, ribeirinha e de sequeiro) todas as citadas abaixo, EXCETO:**

- A) Implementar as medidas corretivas e preventivas contra a salinização dos solos, degradação da mata ciliar.
- B) Fiscalizar as atividades poluidoras, tais como usinas de cana-de-açúcar, matadouros, curtumes e outras, com imputação das penalidades aplicáveis.
- C) Implementar o monitoramento permanente das condições ambientais do município.
- D) Reduzir a liberação de eventos em áreas públicas, de modo a minimizar o impacto ao meio-ambiente e à vizinhança, inclusive atribuindo aos fiscais a majoração da cobrança de taxa para utilização eventual de áreas públicas.
- E) Fiscalizar as empresas agrícolas quanto ao uso de agrotóxicos e adubos químicos, de forma a evitar a poluição dos solos e mananciais por meio de receituário agrônomo.

---

**35. Nos termos do Art. 131 do Plano Diretor de Petrolina, o Poder Executivo deverá incentivar a valorização, a proteção, a conservação e a preservação do patrimônio histórico, artístico, cultural e imaterial mediante legislação específica que contemple a seguinte diretriz:**

- A) Incentivar a implantação de apicultura.
- B) Preservar a ambiência urbana dos conjuntos de valor histórico edificado e do seu entorno por meio de normas de uso e ocupação do solo.
- C) Fornecer as informações necessárias para que o órgão estadual competente realize inventário acerca do patrimônio cultural do município.
- D) Realocar os bens de valor histórico, artístico, arquitetônico e cultural para área de proteção do patrimônio público.
- E) Adequar as características originais e contemporâneas, tendo em vista o fortalecimento da identidade arquitetônica do Município.

**36. O Código de Posturas de Petrolina objetiva regular a atuação do Município em prol da qualidade de vida da população, garantia da higiene, ordem, segurança e sossego, funcionamento adequado das atividades, garantia do uso adequado e conservação do meio ambiente e garantia dos serviços e equipamentos públicos em geral. Cientes desses objetivos, o Município não poderá**

- A) realizar inspeção prévia, *in loco*.
- B) fiscalizar permanentemente atividades críticas ao bem-estar da população.
- C) apurar denúncias e impor sanções penais aos responsáveis por condutas criminosas.
- D) negar licença de funcionamento às atividades.
- E) aplicar sanções administrativas cumulativas por descumprimento das regras de postura.

---

**37. Para os fins previstos na Lei da Política Nacional de Meio Ambiente, entende-se por poluição a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que, direta ou indiretamente, prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população, criem condições adversas às atividades sociais e econômicas, afetem desfavoravelmente a biota, afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente ou lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos. Enquadra-se, nesse conceito, a chamada Poluição Sonora, que tem como efeito a perturbação do sossego público, sendo definida pela lei municipal de meio ambiente como toda emissão de som que, direta ou indiretamente, seja ofensiva ou nociva à saúde, à segurança e ao bem-estar público ou transgrida as disposições fixadas na norma competente.**

Sobre o sossego público, o Código de Posturas do Município dispõe da seguinte forma:

- A) Considera-se “Zona de Silêncio” a área compreendida no raio de 200m (duzentos metros) de cada lado dos hospitais, casas de saúde, sanatórios e escolas, sendo proibidas todas as atividades que, em caráter permanente ou eventual, produzam ruídos ou perturbem o sossego.
- B) É proibido perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos, como os de motores de explosão, ainda que providos de silenciosos.
- C) É proibido perturbar o sossego público com apitos ou silvos de sirenes de fábricas ou de outros estabelecimentos depois das 17 horas.
- D) Nas zonas urbanas predominantemente residenciais ou de hospedagem, é proibido executar atividades que produzam alto ruído, antes das 10 h e depois das 18 h.

E) As fontes produtoras de ruídos incômodos e atentatórias ao sossego público estão sujeitas à demolição.

**38. Além de impor a obrigação de fazer ou desfazer, o infrator sujeitar-se-á a outras penalidades, observados os limites estabelecidos na legislação. Sobre isso, analise as afirmativas abaixo:**

- I. O infrator que deseje pagar multa cobrada deverá realizar depósito judicial em nome do Município.
- II. Ao reincidente, isto é, aquele que já tiver sido autuado e punido pela mesma infração, caberá aplicação de multa em dobro.
- III. O agente autuante deverá observar a graduação da multa, tendo em vista a gravidade da infração, circunstâncias atenuantes ou agravantes e os antecedentes do infrator.
- IV. No caso de apreensão de objeto da infração, o material deverá ser exposto à venda em hasta pública pela Prefeitura, restando ao interessado a reparação por perdas e danos na hipótese de erro do Município.

Das afirmações apresentadas, apenas

- A) I está correta.
- B) II está correta.
- C) II e III estão corretas.
- D) IV está incorreta.
- E) III e IV estão corretas.

**39. A fiscalização municipal encontrou feirante de hortifrúti sem permissão para exercer a atividade no local e com mercadorias em más condições sanitárias. A respeito da atuação do fiscal, segundo o disposto no Código de Posturas, é CORRETO afirmar que**

- A) tendo sido realizada notificação preliminar, o agente poderá sugerir o arquivamento do processo.
- B) diante de perigo iminente de consumo pela comunidade, o agente deverá autuar o feirante por ausência de permissão para referida atividade e, em seguida, aguardar sua regularização na Prefeitura.
- C) o agente deverá autuar o feirante e realizar a apreensão da mercadoria em seu poder e aguardar 24 (vinte e quatro) horas para reclamação ou retirada desta.
- D) após a autuação, caso o infrator efetue o pagamento imediato e integral da multa aplicada, o agente poderá sugerir o arquivamento do processo.
- E) tendo em vista tratar-se de produto perecível, o agente poderá destinar a mercadoria para consumo da cozinha da Prefeitura, desde que cumpra o trâmite processual de encaminhá-la à secretaria competente.

**40. A respeito da ocupação das vias e logradouros públicos e do trânsito público, assinale a alternativa INCORRETA.**

- A) Salvo os apostos em propriedade particular, a exploração dos meios de publicidade nas vias e logradouros públicos, bem como nos lugares de acesso comum, depende de licença da Prefeitura.
- B) Assiste à Prefeitura o direito de impedir o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública.
- C) O trânsito nos lugares públicos de acordo com as leis vigentes é livre, tendo sua regulamentação o objetivo de manter a ordem, a segurança e o bem-estar dos transeuntes e da população em geral.
- D) A Prefeitura pode permitir que estabelecimentos comerciais ocupem parte da calçada com mesas, cadeiras e outros móveis, se ocupada apenas a parte em frente à testada do estabelecimento e se liberada, pelo menos, 2,00m (dois metros) para o trânsito público.
- E) Os responsáveis por obras de construção, reconstrução ou de demolição são obrigados a instalar tapumes e andaimes, a critério da Prefeitura e de acordo com as disposições do Código de Obras e Edificações do Município.

**FISCAL DE POSTURA**